



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA**

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3227-5564

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 02/2011

Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

DISCIPLINA / ÁREA

História/ Filosofia

Caderno de Provas

Questões Objetivas

INSTRUÇÕES:

- 1- Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
- 2- Após a autorização para o início da prova, confira-a, com a máxima atenção, observando se há algum defeito (de encadernação ou de impressão) que possa dificultar a sua compreensão.
- 3- A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas, não podendo o candidato retirar-se da sala em que se realiza a prova antes que transcorra 02 (duas) horas do seu início.
- 4- A prova é composta de 50 (cincoenta) questões objetivas.
- 5- As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas no Cartão Resposta a ser entregue ao candidato. Lembre-se de que para cada questão objetiva há **APENAS UMA** resposta.
- 6- A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta).
- 7- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos. Não cabem, portanto, esclarecimentos.
- 8- O Candidato deverá devolver ao Fiscal o Cartão Resposta, ao término de sua prova.

HISTÓRIA/FILOSOFIA

01. Platão é considerado um dos mais importantes filósofos da Grécia antiga. Discípulo de Sócrates, a quem Platão reconheceu como um dos homens mais sábios de seu tempo, que contribuiu decisivamente para a sua filosofia. A morte de Sócrates teve grande influência na vida e no pensamento de Platão, como pode-se verificar no fragmento do texto abaixo:

“Sobretudo vi meu amigo Sócrates, que não me envergonharia de chamar o mais justo daquele tempo, sendo por eles conduzido à força, para que participasse dos negócios deles, querendo ele ou não. Ele não obedeceu e arriscou-se a tudo sofrer, para não tornar-se cúmplice deles em atos ímpios. Vendo tudo isso e ainda outras ações como essas, afastei-me indignado desses males. Logo os Trinta caíram e com eles todo o regime. Mas nosso amigo Sócrates, por certo acaso, foi levado ao tribunal por alguns, que o acusaram de impiedade, acusação que absolutamente ele não merecia. Condenaram-no, matando aquele que não desejou um dia participar de conduta ímpia contra um dos amigos deles, quando foram banidos e caíram em desgraça”

(Carta VII, In: FILHO, Bolzani Roberto. Seis filósofos na sala de aula. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006. p.30).

Tendo por base o texto acima e o pensamento de Platão, marque abaixo a opção que **NÃO** é coerente com a filosofia platônica.

- a) Em seu idealismo, Platão afirma que a existência dos objetos sensíveis só é possível porque eles “participam” das formas ou ideias, que são, portanto, a causa do seu surgimento. As ideias ou formas, por sua vez, precisam “emanar” de algo para existir, pois não têm existências em si mesmas.
- b) Platão considerava Sócrates um adversário dos sofistas, pois os sofistas por dinheiro vendiam seu saber, isto é, ensinavam a tornar “justo” um “argumento injusto”.
- c) A filosofia platônica pode ser considerada uma metafísica, no sentido de que Platão considerou que a essência verdadeira da realidade situa-se no mundo inteligível.
- d) A filosofia platônica pode ser definida como um esforço de interpretação da realidade, que permita restituir ao discurso político e ético uma fixidez que o filósofo vê ameaçada pela democracia, pelo individualismo e relativismo.
- e) Voltado para a elaboração de um pensamento que salve Atenas de um enfraquecimento dos valores e da palavra, a filosofia de Platão, tomando Sócrates como modelo, consiste na construção de um significado para as palavras “filósofo” e “filosofia” que permita distinguir tal filósofo do “sofista”, visto como nocivo à cidade.

02. “Hoje em dia, as relações entre a ética e a política tornaram-se conflituosas. De um lado, compreende-se que ética e política não se casam bem, pois não raro os políticos são vistos como corruptores e interesseiros, como se esses atributos fossem inerentes à sua profissão. Por outro, lastimamos a falta de ética na política e é comum vermos certas pessoas ou grupos sociais cobrarem mais ética na política. Vê-se assim que o nosso modo comum de pensar comporta uma história, ao longo da qual a relação entre ética e política, antes tomada como evidente, tornou-se objeto de hesitação, debate e controvérsia. Essa história tem um marco: o ano de 1513, em que foi escrito o *Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, uma obra muito importante, que revolucionou a tal ponto o modo como os homens tradicionalmente pensaram a política e a sua relação com a ética, e suscitou uma discussão tão profunda a seu respeito, que depois dela, ninguém mais pôde pensar as relações entre ética e política como antes”.

(LIMONGI, Maria Isabel. *Ética e política n’O Príncipe de Maquiavel*. In: FIGUEIREDO, Vinícius de (Org.). *Seis filósofos na sala de aula*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006. p. 92-93).

Em relação ao pensamento político de Maquiavel, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Maquiavel abala o modo tradicional de se pensar a distinção entre o bom e o mau governo quando, por exemplo, ao enumerar os modos de se fundar um principado, coloca lado a lado as maneiras consideradas criminosas e aquelas que se devem à virtude do príncipe, sem desaconselhar as primeiras por serem más e privilegiar as segundas por serem boas;
- b) Para Maquiavel, a política é perpassada por um conflito fundamental entre dois grupos sociais – os grandes e o povo. O que define os grandes é o desejo de governar e oprimir o povo. O que define o povo é o desejo de não ser governado e oprimido pelos grandes;
- c) Segundo Maquiavel, a tarefa do príncipe consiste em institucionalizar o conflito, regrá-lo de tal modo que seja possível o convívio e a mútua cooperação das partes conflitantes (governantes e povo);
- d) A vida social é para Maquiavel um campo de forças e só pode prosperar se essas forças de algum modo se equilibrarem. Eis assim o papel do governante: procurar e até mesmo forçar, se necessário, esse equilíbrio, contentando ora uma parte, ora outra, fazendo com que os desejos dos governantes sobressaiam aos desejos do povo;
- e) A originalidade do pensamento de Maquiavel está, assim, em ter colocado o conflito na base da política, em ter entendido que cabe à política fundamentalmente mediar os conflitos sociais. Nisso reside para ele toda a dificuldade da arte de governar.

03. “A importância de René Descartes (1596-1650) como filósofo que inaugura o pensamento moderno nos coloca antes de qualquer coisa a questão de saber o que nele existe de continuidade e de ruptura em relação à tradição anterior (medieval). A ruptura com a tradição não significa que Descartes a ignora, mas sim que ele a critica. A crítica feita por Descartes à teoria do conhecimento anterior a ele foi bem sintetizada em sua obra *Discurso do Método* onde apresenta o caminho que a razão deve percorrer para alcançar o conhecimento verdadeiro: a primeira era a de não aceitar nenhuma coisa como verdadeira se não soubesse com evidência que ela era assim – isto é, consistia em evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e compreender em meus juízos apenas aquilo que se apresentava tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse nenhuma oportunidade de duvidar; a segunda era a de dividir cada dificuldade que examinasse em tantas parcelas que fosse possível e que fosse requerido para resolvê-la melhor; a terceira, de conduzir meus pensamentos em ordem, começando pelos objetos mais simples e mais propícios ao conhecimento, para construir, pouco a pouco, como que por degraus, o conhecimento dos objetos mais compostos – supondo, até mesmo, uma ordem entre os objetos que não precedem naturalmente uns aos outros. E, por fim, de fazer, em todos os casos, enumerações tão completas e revisões tão gerais que estivesse assegurado de não omitir nada”. (Descartes, *Discurso do Método*. In: FIGUEIREDO, Vinícius de (Org.). *Seis filósofos na sala de aula*. São Paulo: Berlandis & Vertecchia, 2006. p.92-93).

Em relação à teoria do conhecimento proposta por Descartes em sua obra “*Discurso do Método*”, é correto afirmar que, **EXCETO**:

- a) as regras do método, portanto, respondem à dificuldade apontada na primeira parte da teoria do conhecimento de Descartes, a saber, a de encontrar no sujeito pensante, ou seja, no cogito, o fundamento do conhecimento verdadeiro de si mesmo e do mundo.
- b) o *Discurso do Método* é a obra por meio da qual Descartes enumera em linhas gerais a forma pela qual procura pensar os problemas de sua filosofia.
- c) em relação ao *Discurso do Método*, a primeira parte conta a história da formação intelectual de Descartes, mostrando que ela é insuficiente até o autor aprender a separar por conta própria o certo do incerto, o verdadeiro do falso, o seguro do inseguro, e isso recorrendo apenas a critérios metafísicos.
- d) o método cartesiano não tem a pretensão de ser um algoritmo para a solução de problemas, embora pressuponha que todo verdadeiro problema deva ter uma solução. Para Descartes, o mundo, ele próprio, e nós mesmos, obedecemos à razão; assim há uma razão no mundo e em nós que permite dividir os problemas em partes adequadas e de uma forma correta.
- e) na teoria do conhecimento, de Descartes, o sujeito tem um papel fundamental. Descartes funda na subjetividade o primado do conhecimento, e essa é, seguramente, a grande modificação introduzida por ele na filosofia. Isso significa que o pensamento, metodicamente conduzido, encontra primeiramente em si os critérios que permitirão estabelecer algo como verdadeiro ou falso. O homem não se põe apenas diante das coisas para apropriar-se abstrativamente dos conteúdos de conhecimento veiculados na relação sujeito-objeto mas assume a tarefa de fundar na subjetividade todo e qualquer conhecimento.

04. Kant (1724-1804) é, junto com Hegel, o mais importante filósofo da modernidade, aquele para o qual confluem as várias questões da filosofia até seu tempo e de quem se derivam as mais importantes correntes da filosofia contemporânea. A “Crítica da razão pura”, sua principal obra do ponto de vista da teoria do conhecimento, está dividida em “Introdução”, “Doutrina transcendental dos elementos” e “Doutrina transcendental do método”.

Dentre as afirmações abaixo, assinale a que **NÃO CORRESPONDE** à teoria do conhecimento kantiana.

- a) A tese fundamental de Kant em relação à questão do conhecimento consiste na afirmação de que não somos capazes de conhecer as coisas tais como elas são em si mesmas, mas isso não é um motivo para acreditarmos que o que chamamos de conhecimento é simplesmente um fluxo de impressões subjetivas.
- b) Para Kant, os enunciados que têm valor de conhecimento são aqueles que se referem não a coisas em si mesmas, mas sim a coisas tais como elas se mostram, se apresentam a nós.
- c) A expressão “as coisas tais como elas se mostram a nós” equivale, na filosofia de Kant, ao termo “fenômeno”, que significa, a partir de sua origem grega, justamente “aquilo que se mostra” (phaino significa, em grego, mostrar). Nesse sentido, pode-se afirmar que, de acordo com Kant, tudo o que conhecemos são os fenômenos, e não as coisas em si, ainda que possamos pensar as coisas em si.
- d) O que distingue fenômeno de coisa em si é o fato de ele “ser para nós”. Mas o que significa “ser para nós”? Ora, que só admitamos conhecer o que se mostra, e não o que é em si, o que significa que admitimos uma participação, um comprometimento, uma interferência “nossa” na constituição desse objeto do conhecimento.
- e) O postulado fundamental da teoria do conhecimento de Kant consiste justamente em que o mundo que temos diante de nós, a totalidade dos objetos do conhecimento é mera projeção criativa das fantasias dos sujeitos.

05. Jean-Paul Sartre (1905-1980) nasceu e viveu em Paris. Sua produção intelectual é vasta e variada: é dos raros filósofos que se dedicaram à produção não apenas de textos de filosofia, mas também de literatura, teatro, crítica literária, ensaios sobre política, cinema, pintura etc. Além disso, foi um ativista político, não de forma partidária, mas como intelectual engajado em causas libertárias; sua atividade se deu por meio de artigos, manifestos, entrevistas.

Leia o fragmento:

“O existencialismo não é tanto um ateísmo no sentido em que se esforçaria por demonstrar que Deus não existe. Ele declara, mais exatamente: mesmo que Deus existisse, nada mudaria. O conceito de homem, no espírito de Deus, é assimilável ao conceito de corta-papel, no espírito do industrial; e Deus produz o homem segundo determinadas técnicas e em função de determinada concepção, exatamente como o artífice fabrica um corta-papel segundo uma definição e um técnica”.

(MOUTINHO, Santos Damon Luiz. Sartre: a liberdade sem desculpas. In: FIGUEIREDO, Vinícius de (Org.). Seis filósofos na sala de aula. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006, p.192-193).

Tomando por base o texto acima e o pensamento de Sartre, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Mais do que uma religião, o alvo de Sartre é aquele que considera o homem como criatura. É por isso que Sartre estabelece a relação entre um objeto produzido e o homem, de um lado, e o produtor e Deus, de outro. Um objeto qualquer, um corta-papel, por exemplo, foi fabricado por um artífice que se inspirou num conceito; tinha, como referenciais, o conceito de corta-papel assim como determinada técnica de produção: o artífice, antes de produzir um objeto, sabe o que ele será e sabe como produzi-lo. Nesse caso, a essência precede a existência.
- b) Ao afirmar que a existência precede a essência, Sartre parte do homem concreto, mas isso não significa qualquer forma de individualismo, de egoísmo ou de relativismo dos valores. Não significa dizer que cada um está ilhado em sua própria consciência e que a comunicação entre os homens é mal entendida e equivocada, que nenhum valor comum, senão o do egoísmo orienta a ação.
- c) Sartre, ao afirmar o primado da existência sobre a essência, parte da existência mundana e intersubjetiva. E ao dizer que tal existência precede a essência significa postular, negativamente, que ela não é vista à luz de um princípio, como exemplar de um modelo previamente concebido, cujo comportamento é avaliado à luz desse modelo: se não há o homem, essa essência humana dada em um céu de ideias, então não há um princípio universal que determine a moralidade da ação.
- d) Para Sartre, a essência do homem será aquela que ele próprio tiver constituído por suas ações, em um mundo concreto (não na sua interioridade isolada) e em meio a outros homens (com eles, não apesar deles). A essência, portanto, não é mais conceito universal, ideia inteligível, modelo regulador, princípio prescritivo. A essência do homem é ele mesmo tal como ele se fez sem um modelo para lhe guiar. Ela é singularíssima, não universal.
- e) A existência implica liberdade, esta implica responsabilidade, esta, por sua vez, implica compromisso, e o compromisso implica, por fim, conflito. O homem é assim um guerreiro que busca sempre a si mesmo e ao mundo. O conflito é a decorrência de cada escolha, pois a escolha implica justamente recusar algumas posições em desfavor de outras. Nesse sentido, escolher é escolher contra a humanidade, e é também receber resistência dessa mesma humanidade, pois é a liberdade que caracteriza o homem.

06. Segundo Chauí, “*o estudo das ciências evidencia a existência de um ideal científico: embora continuidades e rupturas marquem os conhecimentos científicos, a ciência é a confiança que a cultura ocidental deposita na razão como capacidade para conhecer a realidade, mesmo que esta, afinal, tenha de ser inteiramente construída pela própria atividade racional. A lógica que rege o pensamento científico contemporâneo está centrada na ideia de demonstração e prova baseada na definição ou construção do objeto do conhecimento, por meio das operações de análise, síntese e interpretação*”.

(CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2005. p. 232-233)

Para Chauí, a ciência contemporânea funda-se nos seguintes pressupostos, **EXCETO**:

- a) na distinção entre sujeito e objeto do conhecimento, que permite estabelecer a ideia de objetividade.
- b) na ideia de método como um conjunto de regras, normas e procedimentos gerais, que servem para o autocontrole do pensamento durante a investigação, e após esta, para a confirmação ou falsificação dos resultados obtidos.
- c) nas operações de análise e síntese, isto é, de passagem do todo complexo às suas partes constituintes ou de passagem das partes ao todo que as explica e determina.
- d) na ideia de lei do fenômeno, isto é, de regularidades e constâncias universais e casuais, que definem o modo de ser e de comportar-se do objeto, seja em suas relações com outros objetos ou campos de saber.
- e) na criação de uma linguagem específica e própria, distante da linguagem cotidiana e da linguagem literária.

07. Para Chauí, “o melhor caminho para perceber a impossibilidade de uma ciência neutra é levar em consideração o modo como a pesquisa científica se realiza em nosso tempo. Durante séculos os cientistas trabalharam individualmente em seus pequenos laboratórios. Suas pesquisas eram custeadas ou por eles mesmos ou por reis, nobres e burgueses ricos, que desejavam a glória de patrocinar descobertas e as vantagens práticas que delas poderiam advir. Por sua vez, o senso comum social olhava o cientista como inventor e gênio. Hoje os cientistas trabalham coletivamente, em equipes, nos grandes laboratórios universitários, nos institutos de pesquisa e nas grandes empresas transnacionais que participam de um sistema conhecido como complexo industrial-militar”.

(CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2005. p.236)

Dentre as opções abaixo, assinale a **INCORRETA** sobre a pesquisa científica:

- a) Uma das características mais novas da ciência está em que as pesquisas científicas passaram a fazer parte das forças produtivas da sociedade, isto é, da economia. A automação, a informatização, a telecomunicação determinam formas de poder econômico, modos de organizar o trabalho industrial e os serviços, criam profissões/ ocupações antigas, introduzem a velocidade na produção de mercadorias e em sua distribuição e consumo, modificando padrões industriais, comerciais e estilos de vida. A ciência tornou-se parte integrante e indispensável da atividade econômica. Tornou-se força produtiva a serviço do capital.
- b) Além de fazer parte essencial da atividade econômica, a ciência também passou a fazer parte do poder político. Não é por acaso, por exemplo, que governos criam ministérios e secretarias de Ciência e Tecnologia e que destinam verbas para financiar pesquisas civis e militares. Do mesmo modo que as grandes empresas financiam pesquisas e até criam centros e laboratórios de investigação científica, também os governos determinam quais ciências serão desenvolvidas e, nestas, que pesquisas serão financiadas.
- c) Essa nova posição das ciências na sociedade contemporânea, além de indicar que é mínimo ou quase inexistente o grau de neutralidade e de liberdade dos cientistas, indica também que o *uso* das ciências define os recursos financeiros que nelas serão investidos.
- d) A sociedade, porém, não luta pelo direito de interferir nas decisões de empresas e governos quando estes decidem financiar um tipo de pesquisa em vez de outro. Dessa maneira, o campo científico torna-se cada vez mais próximo da sociedade sem que esta encontre meios para orientar o uso das ciências, pois este é definido *antes* do início das próprias pesquisas e *fora* do controle que a sociedade poderia exercer sobre ele.
- e) As pesquisas científicas são financiadas pelo Estado, pelas empresas privadas e por ambos. São pesquisas que exigem altos investimentos econômicos e das quais se esperam resultados que a opinião pública nem sempre conhece.

08. “Com a reestruturação produtiva em escala global, com a implantação da tecnologia avançada da automação, da robótica, da microeletrônica, surgem novos padrões de produtividade. A tendência nas fábricas é de quebrar a rigidez do fordismo, caracterizada pela linha de montagem e produção em série, e do taylorismo, centrado na produção em massa. Essa mudança já vinha sendo implantada em diversos lugares, mas costuma-se destacar a atuação da fábrica de automóveis Toyota, no Japão, ao criar novo método de gerenciamento que passou a ser conhecido como toyotismo”.

(ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3.ed. revista. São Paulo: Moderna, 2003. p.39-40).

Em relação ao toyotismo, pode-se afirmar como verdadeiro, **EXCETO**:

- a) Essa revolução administrativa adaptou-se melhor à economia global e ao sistema produtivo flexível (toyotismo) evitando a acumulação de estoques ao atender aos pedidos à medida da demanda, com planejamento a curto prazo.
- b) Ao contrário do que defendia o taylorismo, o toyotismo privilegia o trabalho em equipe, a descentralização da iniciativa, com maior possibilidade de participação e decisão, além da necessidade de polivalência da mão-de-obra, já que o trabalhador passa a operar diversas máquinas ao mesmo tempo.
- c) Apesar da atuação mais participativa do trabalhador e da exigência de sua melhor qualificação, o sistema capitalista, por meio do toyotismo, depende de uma imponderável “lógica do mercado” para as decisões fundamentais sobre “o que fazer, quanto e quando fazer”, fatores que ainda cerceiam a autonomia do trabalhador.
- d) Uma das formas pelas quais o capitalismo por meio da produção flexível (toyotismo) busca maximizar seus lucros é a terceirização. A terceirização atomiza os trabalhadores, antes unidos nos sindicatos, o que provocou seu enfraquecimento no final da década de 1980, repercutindo negativamente na capacidade de reivindicação de novos direitos e manutenção das conquistas realizadas. Os temores mais frequentes dessa nova geração de trabalhadores da era da automação são o desemprego e o excesso de trabalho decorrentes do “enxugamento” realizado pelas empresas em processo de “racionalização” de atribuição de tarefas.
- e) A divisão do trabalho foi intensificada pelo toyotismo, sistema que introduziu a linha de montagem na indústria automobilística. Esse sistema foi implantado com sucesso no início do século XX nos EUA e logo extrapolou os domínios da fábrica, alcançando as empresas, os esportes, a medicina, a escola e até a atividade da dona-de-casa.

09. “No século XIX, a Alemanha ainda se encontra dividida em diversos Estados. A unificação dar-se-á apenas em 1871, sob o comando de Bismarck, primeiro-ministro da Prússia, após três guerras e muitas táticas de unificação econômica. Foi, então, numa Alemanha agitada e cheia de problemas que surgiu o marxismo. A teoria marxista é fruto não só de Karl Marx (1818-1883) mas também de seu amigo Friedrich Engels (1820-1895), que, além da colaboração ideológica, era industrial e pôde, por diversas vezes, ajudar Marx financeiramente nos momentos mais críticos de sua vida pessoal. Marx e Engels formularam suas ideias a partir da realidade social por eles observada: de um lado, o avanço técnico, o aumento do poder humano sobre a natureza, o enriquecimento e o progresso; de outro, e contraditoriamente, a escravização crescente da classe operária, cada vez mais empobrecida. Para a elaboração de sua teoria, partem da leitura dos economistas ingleses Adam Smith e David Ricardo, da filosofia de Hegel (o conceito de dialética e uma nova concepção da história), dos filósofos do socialismo utópico e de Feuerbach. A teoria marxista compõe-se de uma filosofia, o materialismo dialético, e de uma teoria científica, o materialismo histórico”.

(ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3 ed. revista. São Paulo: Moderna, 2003. p.263-264).

Em relação à teoria marxista, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) O marxismo se opõe à filosofia idealista de Hegel, mas aproveita sua concepção de dialética. No dizer de Engels a respeito de seu procedimento, a dialética de Hegel foi colocada com a cabeça para cima ou, dizendo melhor, ela, que se tinha apoiado exclusivamente sobre sua cabeça, foi de novo reposta sobre seus pés.
- b) O materialismo histórico é a teoria que aplica os princípios do materialismo dialético ao campo da história. Como o próprio nome indica, é a explicação da história por fatores materiais, ou seja, econômicos e técnicos. Marx inverte o processo do senso comum que explica a história pela ação dos “grandes vultos”, ou às vezes, até pela intervenção divina. Para o marxismo, no lugar das ideias, estão os fatos materiais; no lugar dos heróis, a luta de classes. Em outras palavras, embora possamos tentar compreender e definir o ser humano pela consciência, pela linguagem, pela religião, o que fundamentalmente o caracteriza é a forma pela qual reproduz suas condições de existência.
- c) Para Marx, a sociedade se estrutura em níveis. O primeiro nível, chamado de infraestrutura, constitui a base econômica, e é determinante, segundo a concepção materialista. Engloba as relações do ser humano com a natureza, no esforço de produzir a própria existência, e as relações dos indivíduos entre si, ou seja, as relações entre os proprietários e não-proprietários, e entre os não-proprietários e os meios e objetos do trabalho. O segundo nível, político-ideológico, é chamado de superestrutura. É constituído pela estrutura jurídico-política representada pelo Estado e pelo direito; pela estrutura ideológica referente às formas da consciência social, tais como a religião, as leis, a educação, a literatura, a filosofia, a ciência, a arte, etc.
- d) Ao analisar o ser social, Marx desenvolve uma nova antropologia, segundo a qual não existe “natureza humana” idêntica em todo tempo e lugar. Como o existir decorre do agir, o indivíduo se autoproduz à medida que transforma a natureza pelo trabalho. Por ser o trabalho uma ação coletiva, a condição humana depende da sua existência social. Por outro lado, o trabalho é um projeto e como tal depende da consciência que antecipa a ação pelo pensamento. Com isso se estabelece a dialética pensar-agir. Marx denomina de práxis à ação humana transformadora da realidade. Nesse sentido, o conceito de práxis não se identifica propriamente com a prática, mas significa a união dialética da teoria e da prática.
- e) As relações fundamentais de toda sociedade humana são as relações de produção, que revelam a maneira pela qual, a partir das condições naturais, os seres humanos usam as técnicas e se organizam por meio da divisão do trabalho social. O modo de produção capitalista é a nova síntese que surge das ruínas do sistema feudal. Nesse sentido, estudar o nascimento, a consolidação e o desenvolvimento da ordem burguesa buscando compreender e explicitar como se dá o processo de exploração da burguesia sobre o proletariado constitui o objetivo supremo da filosofia de Marx e dos economistas clássicos.

10. “Antônio Gramsci (1891-1937), um dos mais importantes teóricos italianos, esteve preso durante onze anos pela ditadura fascista. Mesmo no cárcere, onde permanece até a morte, escreve muito, enfatizando a crítica ao dogmatismo do marxismo oficial, que, ao petrificar a teoria, impede a prática revolucionária. A temática pedagógica ocupa uma posição central na experiência e no pensamento de Gramsci, seja como interesse educativo, seja como luta política pela organização da cultura de massa”.

(ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia* 3.ed. revista. São Paulo: Moderna, 2003. p.278).

Em relação ao pensamento de Gramsci, pode-se afirmar como correto, **EXCETO**:

- a) Em sua filosofia, Gramsci ataca, ao mesmo tempo, o cientificismo positivista e as concepções inatistas: para poder transferir os critérios das ciências naturais às pesquisas sobre a psique humana, seria necessário reduzi-la a uma mera herança biológica, quando, na verdade, ela é uma formação histórica, adquirida de diversas maneiras que dificilmente se poderiam reconstruir, a partir do momento em que se vem à luz. Todo inatismo e espontaneísmo são rejeitados de forma meditada; a natureza humana não é senão um dado genérico, que a história, a sociedade, o ambiente e a educação, em suma, contribuem para determinar.
- b) A concepção de educação de Gramsci não pode ser pensada dissociada de sua concepção de homem e de sociedade. A concepção antropológica de Gramsci deve ser pensada a partir daquilo que ele denomina de bloco histórico. O bloco histórico é o conjunto de estrutura e da superestrutura naquilo que estas se mostram como um conjunto complexo, contraditório e que se reflete no conjunto das relações sociais de produção.
- c) Para Gramsci, a escola unitária é escola de trabalho intelectual e manual(técnico, industrial) e seu objetivo é a formação dos valores fundamentais do humanismo, isto é, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias tanto para os estudos posteriores como para a profissão. Nesse sentido, toda profissão está privada de conteúdos e exigências intelectuais e culturais, e ainda, que a vida moderna implica num novo entrelaçamento entre ciência e trabalho, formação profissional e cultura geral.
- d) Ao explicitar sua concepção de educação, Gramsci faz uma distinção importante entre sociedade política e sociedade civil. A sociedade política é representada pela força coercitiva do Estado, enquanto a sociedade civil é a ação hegemônica do Estado e o conjunto de mecanismos contraditórios a essa mesma hegemonia ou ação coercitiva.
- e) Na sua concepção de escola, Gramsci destaca a importância da escola como campo de conscientização do processo social contraditório, de superação de valores e de mudança da história. Nesse sentido, o aspecto considerado mais importante de sua obra é a relação entre a sua concepção de educação e a análise que fez sobre a formação e função dos intelectuais num papel orgânico no seio do bloco histórico. Para Gramsci, a ação pedagógica é entendida como um conjunto de relações hegemônicas que não podem se limitar à situação escolar. A educação expressa um projeto político cuja meta fundamental consiste em elevar a formação das massas do nível do senso comum ao da consciência crítica ou filosófica.

11. Segundo Chauí, o que chamamos de neoliberalismo “*é uma teoria econômico-política formulada por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélerin, na Suíça, à volta do economista austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Esse grupo opunha-se ao surgimento do Estado de Bem-Estar Social de estilo keynesiano e socialdemocrata. Navegando contra a corrente das décadas de 1950 e 1960, esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o Estado de Bem-Estar Social com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado. Afirmava que esse tipo de experiência destruía a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade*”.

(CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2005. p.401).

Dentre as opções abaixo, assinale a que **NÃO** corresponde ao ideário neoliberal:

- a) Defesa de um Estado cuja meta principal deve ser a estabilidade monetária, que contém os gastos sociais e restaura a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva, quebrando o poderio dos sindicatos.
- b) O Estado deve realizar uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, reduzir os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio.
- c) Um Estado forte capaz de garantir na prática os direitos sociais da classe trabalhadora, assumindo a responsabilidade de gerir a coisa pública, controlando a economia e colocando-a a serviço da melhoria da vida do povo brasileiro.
- d) Um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar o dinheiro público e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia.
- e) Um estado que não regula a economia deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, opere a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização.

12. Leia o trecho abaixo:

Na Roma antiga, as instituições republicanas desempenhavam este papel. Mas essas instituições se perderam no tempo. Maquiavel entendia que, à época dele, na Itália do século XVI, a melhor solução dos conflitos que geravam tantas guerras e tornavam tão instável a vida política italiana consistia no apelo à capacidade conciliatória, não mais das instituições republicanas, mas da ação de um príncipe(...).

(FIGUEIREDO, Vinícius (org.). *Seis Filósofos na sala de aula* (Volume I). São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores, 2006, p. 63).

De acordo com o pensamento político de Nicolau Maquiavel, a capacidade de um governante estaria evidenciada:

- a) no momento em que apaziguasse os conflitos entre as classes sociais utilizando critérios morais religiosos.
- b) se fosse capaz de equilibrar, mediante o uso da força coercitiva violenta, as tensões entre a nobreza e a burguesia.
- c) no seu entendimento de que o conflito estrutura a vida social, cabendo ao líder mediar as tensões entre grupos divergentes mantendo a integridade do país.
- d) a partir do seu entendimento das escrituras sagradas, que orientam as autoridades como agir no trato com questões políticas.
- e) em sua compreensão de que não existe ética no exercício da política e, portanto, qualquer acordo com grupos sociais divergentes deve ser descartada.

13. Leia o recorte textual abaixo:

*Se eu não pensar no que faço mais de uma vez, talvez me baste a resposta de que estou agindo assim “porque é de costume”. Mas por que diabos tenho de fazer sempre o que se costuma fazer (ou o que costume fazer)? Nem que eu fosse escravo dos que me cercam, por mais que sejam meus amigos, ou do que fiz ontem, anteontem ou no mês passado! Se vivo cercado de gente que tem o costume de discriminar os negros, e se não acho isso certo de jeito algum, por que devo imitá-los? (SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. São Paulo: Planeta, 2005. p. 41).*

No tocante à temática moral, elemento humano essencialmente ligado aos valores constitutivos de uma sociedade ou civilização, encontramos evidente na reflexão acima:

- a) a contraposição entre moral e ética: enquanto a primeira trata da reunião de comportamentos e normas que consideramos corretos, a segunda prevê a reflexão sobre tais opções.
- b) a própria concepção de historicidade do ser humano, materializada na contradição proveniente da liberdade de questionar as normas estabelecidas ou aceitá-las conforme a sua consciência moral.
- c) a pura negação dos padrões de conduta e do sentimento de grupo a partir da discordância dos valores pertencentes a uma determinada sociedade.
- d) o convite à conciliação entre diferentes segmentos sócio-culturais, conformados numa determinada ideia de equilíbrio social.
- e) a proposta de transgressão a toda e qualquer regra de conduta social mediante a adoção de práticas autônomas em detrimento da totalidade e das instituições.

14. Nos estudos filosóficos, o conceito de Ideologia recebe uma diversidade de significações, de acordo com os referenciais utilizados por diferentes autores. Nesse sentido, observe o texto abaixo:

*Um deslocamento da coerção para o consentimento está implícito nas próprias condições materiais da sociedade de classe média. Como esta sociedade é composta de indivíduos “livres”, aparentemente autônomos, cada um perseguindo seus interesses privados, qualquer supervisão política centralizada desses sujeitos atomizados torna-se consideravelmente mais difícil de sustentar. Cada um deles deve “internalizar” o poder, torná-lo espontaneamente seu e carregá-lo consigo como um princípio inseparável de sua identidade. (...) Deve-se construir uma ordem social(...) em que o indivíduo passa a governar-se sem que seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política – mas tornando-se antes sua continuação normal, seu complemento orgânico. (EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora Boitempo. p. 108).*

O texto faz referência ao conceito de ideologia presente no pensamento de:

- a) Destutt de Tracy, filósofo e político francês, designando uma “ciência das ideias” a partir das ciências da natureza.
- b) Karl Marx e Friedrich Engels, filósofos alemães, advertindo sobre o conhecimento ilusório da realidade, mascarando a luta de classes na sociedade capitalista.
- c) Bertold Brecht, dramaturgo francês, negando a naturalização de situações que resultam da ação consciente ou inconsciente humana.
- d) Jurgen Habermas, filósofo alemão, compreendendo a imposição da consciência tecnocrática em nome da economia e da eficiência.
- e) Antônio Gramsci, filósofo italiano, versando sobre a ideia de *cimento social* da ideologia quando incorporada ao senso comum, conferindo hegemonia a certa classe social.

15. De acordo com Mircea Eliade, historiador romeno estudioso das religiões, encontramos entre as características do mito:

- a) a intuição compreensiva do real, fundamentada na emoção e na afetividade, fixando modelos exemplares de ritos a serem seguidos por determinado grupo social.
- b) o enigma já decifrado, algo que podemos compreender, mesmo sendo inacessível à razão e dependente apenas da fé.
- c) a presença da experimentação científica conduzida pela etnologia visando a comprovação e a concordância dos grupos sociais com relação a determinado rito.
- d) a recusa da religiosidade na busca de um pensamento interpretativo da realidade vivida baseado apenas na utilização de métodos racionais.
- e) a necessária distorção da realidade em benefício do grupo político dominante nas sociedades antigas.

16. Leia o recorte de texto abaixo.

Os sofistas foram sempre mal interpretados por causa das críticas de Sócrates, Platão e Aristóteles. São muitos os motivos que levaram à visão deturpada sobre os sofistas que a tradição nos oferece.

(ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 2011. p. 13).

As críticas dos filósofos citados acima aos sofistas podem ser entendidas se levarmos em consideração os seguintes argumentos:

- a) Sócrates e Platão combatiam o pensamento baseado nos mitos, exigindo racionalidade a toda e qualquer sentença pronunciada.
- b) A ausência de retórica limitava as possibilidades de comunicação entre os sofistas e o seu público, o que levava à crença de que tais pensadores enganavam ao povo.
- c) Aristóteles não percebia lógica alguma no discurso sofista, pois este encontrava-se impregnado de paixão.
- d) Sócrates e Platão não tinham apreço pela Democracia, pois acreditavam que tal sistema se expunha a demagogias.
- e) Os sofistas eram contra o regime democrático, pois representavam uma classe nobre e deles cobravam pela suas consultas.

17. A construção teórica do Socialismo de cunho marxista passou também pela crítica aos teóricos pejorativamente apelidados de utópicos. Tais críticas - de uma forma geral - eram fundamentadas:

- a) na opinião de que os Socialistas Utópicos eram *paternalistas* (seriam eles os salvadores dos operários, impotentes), *conservadores* (negavam ao operário a autonomia e uma possível ação revolucionária) e *moralistas* (crença na probabilidade de um “novo evangelho social”).
- b) no plano de uma sociedade industrial dirigida pelos produtores, entendendo-se como produtores todos os que geram a riqueza: operários, empresários, industriais, artistas e sábios com o objetivo de melhorar a vida dos mais pobres.
- c) no ideal de exclusão da propriedade privada mediante o estabelecimento de cooperativas filantrópicas de trabalhadores, que dependiam da boa vontade e do paternalismo burguês.
- d) pela instituição do falanstério, instituição de associação voluntária que abrigava trabalhadores na expectativa pelo investimento burguês, sem questionar a herança ou a propriedade privada.
- e) pela desconfiança destes teóricos com relação ao Estado e à Igreja, considerados por muitos os centros garantidores da desigualdade social, logo, passíveis de serem destruídos junto com a sociedade burguesa na fundação de um novo mundo.

18. Segundo o pensamento marxiano, a história de qualquer sociedade até os nossos dias foi apenas a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, numa palavra: opressores e oprimidos em oposição constante, desenvolveram uma guerra que acabava sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Tal constatação demonstra-nos uma das características do chamado socialismo científico do século XIX, que propunha:

- a) a realização de sucessivas reformas na estrutura capitalista, possibilitando a gradativa implantação do comunismo avançado.
- b) a redução do papel do Estado na economia para efetivar o controle direto pelo proletariado sobre os meios de produção.
- c) a supressão de toda legislação trabalhista e social, tida como mecanismo de alienação e cooptação do proletariado.
- d) a superação do capitalismo pela ação revolucionária dos trabalhadores, substituindo a “ditadura do capital” pela “ditadura do proletariado”.
- e) a completa eliminação do Estado e suas estruturas de suporte, com a conseqüente imposição da sociedade anarquista.

19. Leia, com atenção:

“Precisamos tomar cuidado para não fazer do intelecto o nosso deus. Ele tem músculos poderosos, é verdade, mas não tem nenhuma personalidade.”

(Albert Einstein)

“Lewis Carroll era professor de matemática na Universidade de Oxford quando escreveu o seguinte em Alice no país das maravilhas:

– Gato Cheshire... quer fazer o favor de me dizer qual o caminho que eu devo tomar?

– Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o gato.

– Não me interessa muito para onde... – disse Alice.

– Não tem importância então o caminho que você tomar – disse o gato.

– ... contanto que eu chegue a algum lugar – acrescentou Alice como uma explicação.

– Ah, disso pode ter certeza – disse o gato – desde que caminhe bastante [...]”.

*(DUBOS, René. In.: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia.** São Paulo: Moderna, 2011. p. 127).*

Uma das tarefas do filósofo é a observação de diferentes eventualidades potencialmente construtoras de significado. Nesse sentido, ao observar o discurso do professor Albert Einstein e a literatura de Lewis Carroll enquanto complementares, empregar-se-ia a seguinte sentença:

- a) “O cientista deve preocupar-se com a metodologia adequada para o estudo da realidade”.
- b) “A realidade sensível toca o ser humano, e este constrói a ciência”.
- c) “Os cientistas devem ocupar-se moralmente com a finalidade da ciência”.
- d) “A ciência é um saber neutro, desinteressado das questões sociais e políticas”.
- e) “Somente a ciência pode dizer ao ser humano o caminho mais ético a seguir”.

20. “O sentido tradicional de liberdade –aquele a partir do qual se falava de uma liberdade de culto ou de pensamento, ou de reunião, ou de associação, em sentido geral e específico, de uma liberdade pessoal – era aquele relacionado à faculdade de se fazer ou não fazer determinadas coisas não impedido por normas vinculantes; era a liberdade entendida como não impedimento, ou ‘liberdade negativa’. A esfera da liberdade coincidia com a esfera dos comportamentos não regulados, e portanto lícitos ou indiferentes. [...]”
(BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política. A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 488*).

O filósofo italiano descreve, em sua obra, a evolução do conceito de liberdade, parcialmente descrito acima. Bobbio prossegue seu pensamento observando também o conceito de liberdade do francês Jean-Jacques Rousseau, que no conjunto de sua obra preconizava:

- a) a liberdade como propriedade de não obedecer à lei, pois tal ordenação jurídica sempre objetivou à preservação da propriedade privada, origem de toda desigualdade entre os seres humanos.
- b) a liberdade de optar pela lei do reino, da república ou do principado que mais conviesse aos interesses de determinada comunidade, obtendo em troca a proteção do soberano em questão.
- c) a liberdade de autogovernar-se sem a intromissão de um Estado a serviço das classes mais abastadas e possuidoras dos mecanismos legislativos.
- d) a liberdade de expressão religiosa, defendida desde a Reforma Protestante, a qual Rousseau considerara um avanço no campo da autonomia.
- e) a liberdade como obediência à lei que prescrevemos a nós mesmos, da qual deriva a teoria da liberdade política como desenvolvimento das liberdades civis, ou forma democrática de regimento.

21. A concepção positivista da ciência assume que o conhecimento científico é um conhecimento provável e seu alcance ilimitado. Em seu extremo, isso resulta na suposição de infalibilidade da ciência. Esse caráter infalível encontra-se especificado nas seguintes ideias, **EXCETO**:

- a) A verdade científica é absoluta e final; uma declaração realmente científica (passível de comprovação) assemelha-se a uma instrução como " $2 + 2 = 4$ ".
- b) O conhecimento científico é um conhecimento completo, suas reivindicações esgotam o que se pode verdadeiramente dizer sobre a realidade (a inteligência é nada mais nada menos do que aquilo que ela diz sobre a psicologia científica, por exemplo).
- c) O conhecimento científico é um conhecimento certo, onde não sobram dúvidas; quando se atingiu/fez uma descoberta ou uma lei, esta é sempre cumprida e suas constatações são válidas para sempre.
- d) As previsões científicas são infalíveis: se a ciência diz que em tais circunstâncias uma coisa vai acontecer, uma coisa deve acontecer, se queremos ter certeza de que vai acontecer em tais circunstâncias, só temos de pedir informações à ciência.
- e) A ciência encontra-se sempre em movimento, pois o ser humano é movimento, e com ele as suas teorias, que acabam tornando-se passíveis de mudança devido ao contexto histórico.

22. Observe a imagem.



Nossa maneira de recrutar, olhar, perceber e interpretar as coisas está sujeita a várias leis, fatores e condições que nos conduzem ou não a aceitar as ideologias vigentes. Nesse sentido, dizemos que o ser encontra-se passivo diante da oferta ideológica quando julga o mundo a sua volta somente a partir:

- a) do bom senso.
- b) do senso moral.
- c) da arte.
- d) do senso comum.
- e) do conhecimento científico.

23. Norberto Bobbio, em sua crítica ao que assinalava como implicações tecnoburocráticas das modernas sociedades industrializadas (capitalistas ou socialistas), analisou possíveis obstáculos à democracia moderna. Segundo o pensador, materializaram-se como “paradoxos” desse sistema político democrático moderno, **EXCETO**:

- a) a existência da sociedade civil organizada, que projeta a alteração da estrutura do Estado de Direito quando se manifesta diante de alguma deliberação imperiosa dos dirigentes.
- b) a ampliação e complexificação da máquina estatal (burocracia).
- c) a demanda crescente dos governos em recorrerem a especialistas (tecnocracia).
- d) a sociedade massificada, que torna apático o indivíduo e distante do caráter ativo exigido pelos ideais da verdadeira cidadania.
- e) a presença de grandes organizações (empresariais ou estatais) que permeiam e/ou impedem o exercício democrático.

24. Em seus *Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação* (Paulinas, 1997), o filósofo argentino Enrique Dussel questiona a preferência dada por Domingo Faustino Sarmiento –autor de *Facundo, civilização e Barbárie*– às formulações europeias e/ou ocidentais em detrimento da interpretação da realidade autóctone de nosso subcontinente latino-americano no período pós-colonial. Nessa direção, quanto à noção de cultura apreendida por Dussel, está correta a afirmação de que:

- a) o homem culto é aquele que encarna todos os pressupostos filosóficos e científicos do momento, adequando as suas atitudes conforme o contexto sócio cultural de sua época.
- b) o homem que se pretenda culto deve ceder a um arcabouço cultural mais avançado no nível tecnológico em busca do crescimento de sua comunidade.
- c) o homem culto seria aquele que possui consciência de suas próprias estruturas, prontificado a projetar uma segunda natureza adaptada aos problemas concretos da sua comunidade.
- d) não se pode dividir a cultura, pois o ser humano é livre e a partir do trabalho sempre evolui para níveis culturais mais sofisticados.
- e) deve-se buscar sempre o modelo das sociedades industrializadas como elemento referencial para o desenvolvimento do homem culto em sua comunidade.

25. Sócrates criticava a democracia ao mesmo tempo em que combinava uma apreciação para com as leis do Estado. Quando foi condenado à morte pela assembleia, teve a oportunidade de escapar da prisão. Recusou, pois estava consciente de que havia sido condenado sob as leis de Atenas, para com as quais possuía um profundo respeito. Nesse sentido, afirmava que a justiça caracterizava toda a sociedade, e um Estado justo era aquele em que todos tinham consciência do seu papel como cidadãos. No entanto, apesar de saber das lacunas do sistema de sanções, aceitou sua pena de morte porque:

- a) a ética de Sócrates não o impediu de salvar sua própria vida frente aos seus oponentes.
- b) foi coerente com o conceito de justiça que pregou e defendeu durante a sua vida.
- c) ao não aceitar a sentença demonstrou, com sua morte, o amor pela coerência entre a verdade e a prática.
- d) preferia morrer a viver com a humilhação de estar diante dos que o condenaram.
- e) não concordava com as leis da cidade de Atenas e não possuía motivação para modificá-las.

26. Mario Carretero (2007) diagnostica, na atualidade, um contexto caracterizado, por um lado, pelos processos de globalização e de consequente perda de importância dos Estados no sentido social e na definição de identidades e, por outro lado, pela emergência de histórias e identidades com sinal diferenciado que deslocam parte das lutas políticas para o terreno da cultura. Para ele, esse contexto tem impactos diretos no ensino da História, na medida em que evidencia processos de releitura do passado, favorecendo a emergência de memórias diversas. Nesse sentido, a hipótese do autor é de que, apesar de cada uma dessas lutas apresentar especificidades, elas:

- a) têm em comum o fato de evidenciarem o aumento de uma tensão entre os dois tipos de lógica que articularam o ensino escolar da História desde a emergência dos Estados liberais até meados do século XX, que são a racionalidade crítica do Iluminismo e a emotividade de identidade do Romantismo.
- b) evidenciam o forte vínculo entre História e memória, na medida em que ambas lidam com a mesma dimensão temporal – o passado – e, portanto, respondem aos mesmos objetivos de construção de sentimentos identitários.
- c) mostram a importância do ensino da História para a construção da memória de um povo, dirimindo as divergências nas versões do passado e contribuindo para a construção de sociedades mais homogêneas e harmônicas.
- d) são provas concretas da necessidade de o ensino escolar da História se aproximar da História acadêmica para construir seu currículo, evitando, assim, os falseamentos e romantismos tão marcantes nas narrativas escolares da História.
- e) põem em evidência a memória como forma legítima de se relacionar com o passado, obrigando o ensino da História a recorrer aos mesmos protocolos de lembranças e esquecimentos que caracterizam o relato memorialístico.

27. “Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos.”
(CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 55).

Considerando a afirmação do autor, marque a opção que apresente corretamente o papel predominante assumido pelo ensino da História no contexto do regime republicano brasileiro do final do século XIX até os anos 1940.

- a) A proclamação da República levou as elites intelectuais brasileiras a perceberem a ligação existente entre o Brasil e os demais países da América Latina, levando-os à elaboração de uma História que instituía um panteão de heróis e construía uma identidade nacional, atrelados a uma História da América, tal como o fez Manuel Bomfim.
- b) Nesse período, o ensino da História se viu no dilema de construir a identidade da nação conciliando o pensamento dos grupos de direita e dos grupos que defendiam um nacionalismo de esquerda, daí a necessidade de heróis que sintetizassem os ideais de ambos.
- c) No período que se estende do final do século XIX aos anos 1940, o ensino da História se voltou para a constituição de uma identidade nacional que fortalecesse o nacionalismo patriótico e contribuísse para a sedimentação de um passado homogêneo e sem conflitos.
- d) No contexto pós-proclamação da República, marcado pela libertação dos escravos, pela urbanização, pela industrialização e pela emergência de grupos ligados à vida urbana, o ensino da História precisou corresponder a uma sociedade diversificada que se modificava rapidamente, contribuindo, então, para a afirmação de identidades diversas na medida em que incorporou as histórias dos negros, dos migrantes e dos operários.
- e) Nesse contexto, a emergência de grupos sociais ligados às ideologias anarquistas e socialistas no Brasil favoreceu a consolidação de um ensino da História muito ligado ao marxismo, o que levou a história ensinada a valorizar personagens considerados revolucionários, como Frei Caneca e Zumbi dos Palmares e a críticas à constituição de uma identidade nacional que preza pela homogeneização do relato histórico.

28. Leia e analise os textos que seguem.

[...]

*Foi assim que no Brasil
Houve polêmica geral,
Os negros sofreram tanto
Pior que animal
Diante de tantos lamentos
Muitos, pelo sofrimento
Tiveram triste final.*

*Tantos, que tanto sofreram
O ódio subiu aos ares
Muitos negros libertaram-se
Pelo sertão pelos mares,
Dado pelo ar da graça
Para libertar a raça
Surgiu Zumbi dos Palmares.*

[...]

E assim busco a memória

Para arrancar mais dados,

Fazer jorrar a história

Sem poder ficar calado,

Na terra dos meus encantos

Serra do Espírito Santo

“A Insurreição do Queimado”.

(BOA MORTE, Teodorico. *A insurreição de Queimado em cordel e prosa*. Serra: Luzes Criações, 2002. p. 14).

“Como dizíamos antes, não pode haver coletividade sem recordação compartilhada, como não pode existir uma nação sem história comum (no duplo sentido de acontecimentos vividos no passado e de lembranças divididas deles). Por isso, acreditamos que parte do ensino da história deve dedicar-se a administrar essas recordações. Mas aqui há uma diferença entre ensino da história e transmissão da memória compartilhada. A história é crítica: nega-se a esquecer o doloroso, não deve nos esconder coisas que agora podemos não gostar; deve nos ensinar que, às vezes, fomos vítimas, mas, em outras, carrascos, e que o limite entre um e outro pode ser muito tênue. Mas, além disso, a história não é apenas relatos, não é somente algo que se recebe, mas é também, e sobretudo, um conjunto de recursos para nos ajudar a compreender. São habilidades de pensamento que, se são adquiridas, podem ajudar-nos não apenas a nos harmonizar com os outros, mas a divergir deles, a exercer, dentro de nossos modestos limites, a liberdade de pensamento, planejamento e ação.”

(CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda. *Ensinar história em tempos de memória*. In: _____ (orgs.). *Ensino da história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 23).

Tendo por base a relação entre História e memória discutida por Carretero, Rosa e González, podemos perceber, nos trechos do cordel de Boa Morte, que a interface entre essas duas formas de ver o passado se dá:

- a) tendo por base uma ideia exagerada do sofrimento impingido aos africanos, pois pesquisas comprovam que a condição da maioria dos escravos ao longo da História do Brasil não diferenciava muito da das classes mais pobres e excluídas do sistema social e econômico.
- b) no sentido de construir uma imagem de luta e resistência por parte dos africanos no contexto da escravidão no Brasil, recorrendo, assim, ao sofrimento como um fator que legitima a rebelião contra o sistema escravista e a emergência de um líder negro, no caso Zumbi.
- c) em total desvantagem para a História, na medida em que o autor a submete à memória, construindo assim um relato que pouco condiz com as veracidades constatadas por pesquisas historiográficas a respeito da escravidão no Brasil e no Espírito Santo.
- d) em um claro equilíbrio, pois os trechos do cordel são condizentes com o que tem afirmado a historiografia recente a respeito de Zumbi, reconhecendo-o como herói negro e atribuindo-lhe um lugar de respeito no panteão de personalidades da História do Brasil.
- e) a partir do olhar crítico que a História deve ter sobre a memória, desconfiando, assim, da sua capacidade de esquecimento e de maquiagem do passado.

29. Marc Bolch, no livro Apologia da História (2001, p. 78), afirma que “Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos, portanto, pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de seus vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer. É, pensando bem, uma grande revanche da inteligência sobre o dado”.

Diante dessa afirmativa e das considerações do citado historiador sobre os testemunhos do passado, marque a opção **INCORRETA** no que se refere às fontes documentais na pesquisa histórica.

a) As fontes documentais correspondem a vestígios do passado, os quais são alvo da coleta, seleção e organização do historiador a partir de um direcionamento prévio.

b) A postura do historiador perante os documentos é de constante interrogação e análise crítica, pois considera que os mesmos não falam senão quando se sabe interrogá-los.

c) Os diversos vestígios deixados pelos seres humanos ao longo dos tempos possibilitam ao historiador reconstruir, objetivamente, os acontecimentos passados.

d) Os documentos deixados por nossos antepassados com o claro intuito de nos informar sobre algum aspecto da sua vida, podem dizer mais do que pretendem.

e) Como vestígios do passado, as fontes documentais são relatos indiretos da experiência humana nos tempos passados, exigindo, assim, do historiador o domínio de técnicas eruditas capazes de distingui-las entre si.

30. “Por vezes, se utiliza a expressão Nova História Cultural, a lembrar que antes teria havido uma velha, antiga ou tradicional História Cultural. Foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do autêntico. Longe vão também as assertivas herdeiras de uma concepção da belle époque, que entendia a literatura – e, por extensão, a cultura – como o sorriso da sociedade, como produção para o deleite e a pura fruição do espírito.

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, como o faz Lynn Hunt, é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.”

(PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 14-15).

A História Cultural tem angariado cada vez mais adeptos da pesquisa histórica, reforçando o que afirma Pesavento (2005, p. 14): “A História está em alta, sim, e isso se deve, em grande parte, às suas novas tendências de abordagem do real passado”. No entanto, o *frisson* que as novas abordagens causam nos meios historiográficos não deve ser capaz de nos fazer esquecer de dominar seu arcabouço teórico fundamental, medida prudente para que um historiador(a) tenha sucesso em suas empreitadas. Nesse sentido, a autora destaca que um dos conceitos fundamentais da História Cultural é o de Representação. Dentre as caracterizações desse conceito, feitas abaixo, marque aquela que se apresenta da forma correta.

a) A representação é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo do vivido e experienciado pelo seres humanos.

b) A representação é algo que se diferencia do real, construindo uma espécie de universo paralelo a ele.

c) A força da representação está em sua capacidade de mobilizar e produzir reconhecimento e legitimidade social, uma vez que se insere em regimes de veracidade.

d) A representação é uma matriz geradora de condutas e práticas, dotadas de força integradora e coesiva, assim como explicativa do real.

e) A representação dispensa processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão, pois é a mimese perfeita da realidade.

31.

[...]

Para melhorar a terra

Que é rica por excelência

Montaram as piores formas

Carrancismo sem decência

Foram escravizar os índios,

Mas nos irmãos ameríndios

Encontraram resistência.

Mas, foram mais longe ainda

Para além dos oceanos

Mexer com a Raça Negra

Com seus projetos e planos

Em forma de escravidão

Maltratados como cão

Arrastaram os africanos.

[...]

(BOA MORTE, Teodorico. *A insurreição de Queimado em cordel e prosa*. Serra: Luzes Criações, 2002. p. 13).

No processo de colonização da América portuguesa, a exploração da mão-de-obra se deu sobre o trabalho indígena, num primeiro momento, e, posteriormente, sobre o trabalhador africano adquirido por meio do tráfico negreiro. As causas, identificadas pelos historiadores, da substituição do trabalho indígena pelo do africano são, EXCETO:

- a) Não havia grande disponibilidade de trabalhadores em condições de migrar como semidependentes ou assalariados.
- b) A disponibilidade de terras tornava difícil a manutenção de trabalhadores assalariados nas grandes propriedades.
- c) Os indígenas não aceitaram de maneira passiva as tentativas de escravização impingidas sobre eles pelos colonos.
- d) O tráfico negreiro garantiu o provimento de braços para a exploração da terra pelos colonos, além de representar uma fonte potencial de acúmulo de riqueza.
- e) A troca do indígena pelo africano se deu pela adaptabilidade deste ao trabalho nos moldes europeus, ao passo que aquele se mostrou indolente e arreado às rotinas laborais da lavoura.

32. O período conhecido como Era Vargas (1930-1945 e 1950-1954) foi determinante para a história do Brasil, representando mudanças estruturais nos âmbitos econômico, político e social. Uma das características centrais do modelo varguista é o intervencionismo estatal, responsável por regular os rumos do país no que dizia respeito à industrialização, à organização social e política etc. As raízes desse modelo se encontram:

- a) nas lutas sociais empreendidas pelos grupos urbanos que surgiram desde fins do século XIX e que viram, na queda das oligarquias cafeeiras a partir de 1930, a oportunidade de ocupar os espaços de poder político nacional e empreender novos rumos ao Brasil, tendo, na proposta varguista, o reforço para fazer valer seus interesses.
- b) no pensamento autoritário dos anos 1920, fundamentado na ideia de que o Brasil era um país recentemente consolidado, carente de espírito nacional e de organização política, sendo, então, necessária a presença de um líder que indicasse o caminho a ser seguido pela nação.
- c) nas mudanças econômicas advindas da crise de 1929, responsáveis pelo enfraquecimento político das elites oligárquicas que, desde a sucessão de Floriano Peixoto, dominavam o país de acordo com seus interesses agrários.
- d) no fortalecimento da classe operária, que viu em Getúlio Vargas a figura que poderia projetar em nível nacional a bandeira da mudança do país via industrialização.
- e) no fortalecimento do liberalismo econômico, principalmente após a crise de 1929, em que se presenciou forte ação do estado na regulação da economia, principalmente por meio de políticas fiscais monetaristas e de incentivos indiretos ao desenvolvimento econômico nacional.

33. O período da História do Brasil, conhecido como Regências (1831-1840), foi marcado pela presença de grupos políticos cujas propostas para o futuro do país expressavam uma tensão entre as ideias favoráveis à centralização e as favoráveis à descentralização do poder administrativo nacional. A eleição da Regência Trina Permanente (junho de 1831) levou ao poder políticos de linha liberal moderada, cujas medidas por eles tomadas expressaram a tendência à descentralização. Dentre essas medidas podemos destacar, **EXCETO**:

- a) A criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831.
- b) A aprovação do Código de Processo Criminal, em novembro de 1832, que aumentava o poder dos juízes de paz.
- c) A extinção do Conselho de Estado.
- d) A criação das Assembleias Legislativas provinciais.
- e) A Lei de Interpretação do Ato Adicional, aprovada pela Assembleia Geral em maio de 1840.

34. O período arcaico da História grega (800 – 500 a.C.) pode ser considerado o de emergência e constituição da pólis. As crises que caracterizam o período e as soluções buscadas evidenciam as tentativas do povo grego para dar cabo das questões que lhes afligiam. Em Atenas, cidade onde a documentação é mais abundante, as respostas à crise do período se fizeram ver por meio de reformas empreendidas pelos legisladores. Entre eles, pode-se destacar Sólon, que promoveu, entre outras coisas:

- a) uma divisão da sociedade tendo por base a riqueza individual e não mais o nascimento.
- b) o confisco das grandes propriedades dos nobres e a realização de uma reforma agrária.
- c) a realização de obras públicas visando a geração de empregos para os atenienses.
- d) uma nova divisão política e territorial da Ática, os chamados demos.
- e) a criação da Liga de Delos logo após a Guerra do Peloponeso, garantindo a entrada de mais recursos em Atenas.

35. A proclamação da independência do Brasil representou o coroamento de um processo que se iniciou com a vinda da família real portuguesa, em 1808, e terminou com o famigerado grito do Ipiranga, em 1822. Apesar disso, é comum a ideia de que o 7 de setembro não representa grandes rupturas com a situação econômica do país, pois manteve-se a relação de dependência econômica, tendo sido Portugal substituído pela Inglaterra. Contra essa ideia pode-se argumentar que:

- a) a substituição de Portugal pela Inglaterra nas relações econômicas com o Brasil representava uma mudança na forma como a antiga Colônia se inseria no sistema econômico internacional.
- b) a proclamação da independência com a posterior organização do Estado Nacional brasileiro dava credibilidade ao Brasil para negociar no mercado internacional em condições de igualdade com as demais nações.
- c) a homogeneidade política das elites nacionais garantiu ao Brasil poder de barganha junto à Inglaterra, fato evidenciado na renegociação dos tratados de 1810, realizada em 1828 que garantiu vantagens favoráveis aos brasileiros.
- d) as divergentes opiniões em torno do futuro político do país levou o Brasil a se comprometer com o fim da escravidão no ato da assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra, evidenciando uma postura favorável ao fim desse tipo de trabalho compulsório.
- e) a abertura dos portos, em 1808, fez as elites econômicas e políticas nacionais perceberem a importância da construção de uma autonomia econômica tendo por base a relação com a Inglaterra, tendo ela se transformado numa aliança que perdurará até o ano de 1863.

36. *“O que caracteriza as Luzes, além da valorização do homem já referida, é uma profunda crença na Razão humana e nos seus poderes. Revalorizar o homem significa antes de tudo encará-lo como devendo tornar-se sujeito e dono do seu próprio destino, é esperar que cada homem, em princípio, pense por conta própria”.*

(FORTES, Luiz R. Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 09).

O Iluminismo representou, como o trecho indica, uma profunda mudança na forma de o ser humano perceber-se no mundo. Essa mudança de percepção se efetiva no ponto culminante de um longo processo conhecido como transição do feudalismo para o capitalismo, que tem como aspectos característicos os seguintes pontos, **EXCETO**:

- a) As mudanças nas relações de produção a partir do século XV, com o fortalecimento das atividades mercantis e o rejuvenescimento das cidades.
- b) O enfraquecimento dos poderes econômicos e políticos da aristocracia feudal.
- c) A ascensão de uma nova classe ligada às atividades mercantis e aos negócios: a burguesia.
- d) A introdução do racionalismo como forma de explicação do mundo, realizada pelos filósofos iluministas no século XVIII.
- e) A gradativa perda do poder ideológico absoluto exercido pela Igreja sobre os espíritos.

37. “No período entre 1950 e 1980, ocorre o mais intenso processo de modernização pelo qual o país passou, alterando em profundidade a fisionomia social, econômica e política do Brasil. Transformações aceleradas verificaram-se em todos os setores da vida brasileira, com alterações estruturais importantes, e definitivas, como a relação campo/cidade e a reafirmação de estruturas já implantadas antes de 1950: a industrialização, a concentração de renda e a integração no conjunto econômico capitalista mundial.”

(SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda L. (coord.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 273).*

No que diz respeito aos impactos das mudanças mencionadas pelo autor no cenário social e político brasileiro na segunda metade do século XX, podemos destacar:

- a) A equiparação entre as populações do campo e da cidade graças às ações dos representantes do Partido Social Democrata (PSD), mais ligados ao mundo rural, em promover melhorias nas condições de vida no campo, o que garantiu a diminuição do êxodo rural que há anos ocorria no Brasil.
- b) A coexistência entre um setor não-capitalista composto por oficinas e fabriquetas, além de um campesinato vasto e outro com atividades tipicamente capitalistas, como a indústria de base, representando o primeiro um obstáculo à modernização do capital no Brasil.
- c) O avanço da população urbana e a gradativa perda de representatividade política por parte de partidos ligados a ideias conservadoras, como o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).
- d) O enfraquecimento da presença política dos militares na sociedade brasileira desde a eleição de Juscelino Kubitschek à presidência da República.
- e) A falta de orientação política que acometeu o país após o suicídio de Vargas, em 1954, impossibilitando os partidos então existentes (PSD, PTB e UDN) de emplacar candidatos capazes de atender aos anseios da população e favorecendo a chegada ao poder da figura controversa de Jânio Quadros, em 1961.

38. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, provocou mudanças significativas na colônia na medida em que, a partir de então, caminhou-se no sentido da construção de uma autonomia política e econômica que culminou na independência, em 1822. No entanto, a presença da Corte em terras brasileiras não se deu sem descontentamentos, principalmente em Pernambuco, onde irrompeu um movimento revolucionário que expressou toda a insatisfação com a presença da Coroa portuguesa. Considerando os fatores que levaram ao movimento revoltoso de 1817 em Pernambuco, marque a opção **INCORRETA**.

- a) Aumento dos impostos em virtude dos gastos com a Corte e com as campanhas militares na região do Prata.
- b) Sentimento de desigualdade regional imperante no Nordeste e reforçado com a presença da família real.
- c) Descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses.
- d) Presença de um sentimento antilusitano.
- e) Falta de incentivo da Coroa para as atividades industriais que despontavam no Nordeste.

39. “O mapa político europeu, até o final do século XVIII, caracteriza-se pelo predomínio do Estado monárquico absolutista. Enquanto forma política, esse Estado corresponde ao resultado de um processo plurissecular que marcou a passagem do Estado feudal ao moderno, através da centralização do poder (tanto territorial como administrativamente) e de sua concentração nas mãos de um príncipe, ungido pelo direito divino e perpetuado pela sucessão hereditária.”
(FALCON, Francisco José Calazans. *O capitalismo unifica o mundo*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O século XX: o tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 25).

De acordo com o autor, em termos históricos, a existência do Estado absolutista representou:

- a) a manutenção da hegemonia aristocrática, apesar de, indiretamente, a dinâmica política, econômica e financeira dos Estados Modernos ter favorecido o desenvolvimento mercantil e manufatureiro e, por conseguinte, a expansão dos setores burgueses.
- b) a ascensão da burguesia a partir da sua aliança com os reis, dando forma à noção de Estado burguês e toda sua lógica de estímulo às atividades mercantis.
- c) o fortalecimento da ideologia religiosa pregada pela Igreja Católica que se fez presente nas teorias do direito divino dos reis.
- d) a preparação para a emergência dos Estados Liberais, pois, na medida em que os reis favoreciam os interesses burgueses através de suas medidas, fortaleciam os ideais de liberdade econômica e política que, no século XVIII, ganham formatação definitiva.
- e) a consolidação do ideal católico de construção da cristandade europeia a partir da união dos diversos reinos sob uma única fé.

40. A Guerra do Paraguai (1864-1870) provocou impactos sociais e políticos consideráveis na sociedade brasileira. Após o ocorrido, a política imperial viu-se fragilizada, com um exército cada vez mais adepto do republicanismo e com a difusão de ideias abolicionistas em virtude do fato de boa parte do contingente das forças brasileiras ser composto por escravos. No entanto, a compreensão do conflito deve se estender para os aspectos que o antecedem. Nesse sentido, marque a opção correta quanto à situação das nações envolvidas na guerra antes de sua ocorrência.

- a) Existência de uma unidade política na Argentina, garantindo-lhe condições de se projetar na região platina e ameaçar os interesses do Brasil.
- b) No Paraguai, Carlos Antonio López, após proclamar a independência do país, estimulou a instalação de ferrovias e o comércio exterior, de modo a romper com o isolamento que marcava a nova nação.
- c) O Uruguai, após sofrer com as lutas intestinas entre “blancos” e “colorados”, contou com a ajuda do Brasil para encontrar o equilíbrio político, tornando-se, então, um Estado aliado aos interesses brasileiros no Prata.
- d) O Brasil, preocupado com a livre navegação na Bacia do Prata, procurou aliar-se à Argentina e ao Uruguai e estabelecer regras para o livre comércio na região, fato que desagradou o Paraguai e a Inglaterra.
- e) Os interesses ingleses na Bacia do Prata levou-os a conspirar com as nações que circundam a região, fazendo com que aumentasse as inimizades existentes e acirrasse o clima de conflito.

41. O processo de construção do Estado Nacional brasileiro após a independência foi marcado por disputas políticas entre os grupos liberal e conservador. Para além das diferenças ideológicas entre ambos, nos primeiros anos do Brasil independente, foi marcado pelas iniciativas do grupo liberal e pelas reações do grupo conservador. Podemos destacar como vitórias dos liberais a concessão, em maio de 1822, do título de Defensor Perpétuo do Brasil a dom Pedro, a convocação da Assembleia Constituinte por ato do príncipe regente, em junho de 1822, e sua aclamação como imperador constitucional em 12 de outubro de 1822. Dentre as medidas que caracterizam reações do grupo conservador ao avanço liberal podemos destacar, **EXCETO**:

- a) A criação de dois cargos de ajudantes do intendente geral de polícia da capital, com as atribuições de vigiar pessoas suspeitas e ajuntamentos, cercar clubes e prender os denunciados.
- b) A retenção de cartas e papéis considerados suspeitos nas repartições dos correios.
- c) A autorização para que o intendente geral de polícia possa expulsar da cidade os que pudessem conspirar contra a ordem pública.
- d) A criação de tribunais especiais para os delitos de imprensa, de cujas decisões só se poderia apelar para o imperador.
- e) A criação do Ministério dos Assuntos Internos, com a finalidade de coordenar as ações de investigação e repressão de movimentos e atos políticos que ponham em risco a ordem pública em todo o país.

42. Segundo João Luís Fragoso, “[...] apesar da presença hegemônica da produção escravista-exportadora, o país não pode ser limitado à plantation açucareira e cafeeira. O século XIX, assim como a história colonial do Brasil, é mais complexo do que isso”.
(FARGOSO, João Luís. *O império escravista e a República dos plantadores. Parte A: economia brasileira no século XIX: mais que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda L. (coord.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 132).*

Essa afirmação do autor se sustenta na tese de que, no contexto da economia colonial, o mercado interno desempenhou papel de grande relevância no Brasil. Com base nela, marque a opção que apresenta argumento **INCORRETO** sobre a complexidade da economia brasileira no contexto mencionado.

- a) A partir da segunda metade do século XIX, a população de homens livres já ultrapassava a de cativos.
- b) A presença de outras categorias sociais possibilitava a existência de outras formas sociais de produção, como a camponesa, e também de outras formas sociais de extorsão de sobretrabalho, como era o caso da pecuária extensiva do Rio Grande do Sul e de Goiás.
- c) A inserção no Brasil nas relações capitalistas de produção em âmbito internacional forçou a economia brasileira a adequar-se ao novo contexto por meio de medidas que favoreceram o desenvolvimento dessas relações, como foi o caso do incentivo ao trabalho livre por meio da política de imigração.
- d) Em 1819, a maior província escravista do país, Minas Gerais, não estava ligada fundamentalmente à exportação, mas ao mercado interno.
- e) No ano de 1874, nas três principais províncias de produção cafeeira do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), 60% da população cativa total se encontrava em municípios não-cafeeiros.

43. Em termos culturais, as grandes navegações europeias realizadas a partir do século XV representaram mudanças significativas na forma de compreender o mundo que, em decorrência das empreitadas marítimas, se descortinava. O cenário que, então, se descortina apresenta como um de seus aspectos fundamentais:

- a) uma crescente relevância da imprensa como meio divulgador das novas descobertas, mas que logo sofreu o controle dos recém formados Estados Modernos, preocupados com o vazamento de informações confidenciais em torno das viagens.
- b) a reafirmação do prestígio e autoridade dos “antigos”, que viram confirmadas suas teses teológicas e filosóficas baseadas nos textos bíblicos e greco-romanos.
- c) a elaboração de conhecimentos náuticos tendo por base o saber livresco e “experencialismo” dos navegadores.
- d) a emergência de uma mentalidade científica moderna centrada no tratamento matemático dos dados, decorrente da necessidade prática dos viajantes de observar, descrever e medir os fenômenos observados.
- e) a confirmação da ideia medieval de que o universo era um imenso mecanismo passível de compreensão por meio da linguagem matemática.

44. *“A Primeira Guerra Mundial envolveu vários países, mas representou, principalmente, o confronto entre quatro potências: França, Inglaterra, Rússia, por um lado, e a Alemanha, do outro. Para compreender as razões da eclosão deste primeiro conflito mundial é preciso ter em mente que ele foi uma guerra imperialista, onde as rivalidades políticas expressavam a competição econômica das potências em conflito”.*

(MOTTA, Márcia Maria Menendes. A Primeira Grande Guerra. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. O século XX: o tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 233).

Podemos destacar como aspecto do contexto geral que antecede o grande conflito:

- a) O enfraquecimento da economia industrial inglesa e a ascensão de outras economias concorrentes, como a da França, que passou a concorrer diretamente com o país anglo-saxão.
- b) Busca por fortalecimento militar por parte de outras nações europeias, como a Alemanha, uma vez que não conseguiam rivalizar com a Inglaterra no terreno econômico industrial.
- c) Fortalecimento do nacionalismo nas nações europeias em resposta ao clima de rivalidade econômica e militar instituída pela política de alianças e a paz armada.
- d) A criação de um clima de paz e segurança entre as nações europeias em virtude da construção da política de alianças.
- e) A consolidação da Rússia como grande potência industrial, fato que a levou à afirmação de interesses territoriais na região dos Balcãs.

45. A História da África passou a ser conteúdo obrigatório nos currículos escolares a partir da aprovação da lei 10.639 de 2003, dando início a um processo importante de reavaliação das relações entre Brasil e África. Considerando os conhecimentos existentes sobre os reinos africanos, marque a opção correta.

- a) No Reino de Mali, a cidade de Tombuctu era um dos principais polos de cultura do continente africano graças às vastas bibliotecas, universidades islâmicas e magníficas mesquitas.
- b) O Reino de Gana conheceu sua decadência política e econômica a partir da dominação dos soninques.
- c) Os Iorubas desenvolveram sociedades tipicamente agrárias que não chegaram a conhecer a vida urbana em virtude da dominação europeia.
- d) O Reino do Benin, no século XV, conseguiu resistir à dominação europeia e estabelecer um comércio tipicamente africano de tecidos, pimenta, marfim e escravos.
- e) A decadência do comércio no Reino do Congo levou o rei, manicongo, a estabelecer relações comerciais com representantes portugueses, fato que selou a dependência econômica e posterior submissão desse reino aos interesses da Coroa lusa.

46. Leia o trecho abaixo

“Ao chegar à Oban, fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu “confessasse”. Pouco depois levaram-me para o pau-de-arara. Dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-se “telefones” (tapas nos ouvidos) e berravam impropérios. Isso durou cerca de uma hora.”
(BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983).



O texto e as figuras apresentadas discorrem sobre os procedimentos dos militares e demais grupos responsáveis pela repressão -como o DOI-CODI - contra aqueles que lutavam contra a ditadura instaurada no Brasil em 1964. Sobre a ação do regime ditatorial, podemos afirmar que:

- a) a sociedade brasileira estava completamente indiferente às questões da democracia e da justiça social.
- b) o estabelecimento do Estado Novo garantiu a entrada do país na etapa da redemocratização política, tendo como auge o processo de anistia dos prisioneiros políticos.
- c) a suspensão dos direitos e garantias individuais serviu ao propósito de debelar a oposição com violência.
- d) os tenentes foram os responsáveis pelo questionamento da ordem e exigiram medidas modernizadoras, tais como o retorno do direito de greve.
- e) a tolerância política dos generais-presidentes conteve os excessos dos simpatizantes da ditadura.

47. O fim do Regime Militar foi acompanhado por uma enorme disputa política que mobilizou a população como um todo. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito Presidente da República, pelo PMDB. A respeito da chamada Transição Democrática, é correto afirmar que:

- o governo de Tancredo Neves foi marcado por uma grande instabilidade política que levou à renúncia do Presidente e à posse de seu vice, José Sarney.
- Tancredo Neves foi eleito presidente de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, vencendo na disputa o candidato Paulo Salim Maluf, do PDS, partido oriundo da antiga ARENA, que se constituía a base de apoio do Regime Militar.
- em torno de Tancredo Neves formou-se a Aliança Democrática, que reunia o PMDB e dissidentes do PDS, entre os quais José Sarney e Paulo Salim Maluf.
- a candidatura de Tancredo Neves contou com o apoio oficial de todos os partidos de oposição, isolando completamente os colaboradores do Regime Militar.
- apesar de vitorioso nas eleições indiretas, Tancredo Neves foi impedido de assumir o governo pelas Forças Armadas, que fecharam questão em torno do nome de José Sarney.



(Fonte: HEHÊL, Divulgação)

48. Observe a imagem.



A partir da segunda metade da década de 50 -do século XX-, o modelo de industrialização brasileiro, caracterizado pela substituição das importações entrou em crise. É correto afirmar que tal crise está relacionada:

- ao fenômeno da superprodução de bens de consumo duráveis no setor urbano industrial.
- à posição de partidos como a UDN, favoráveis ao protecionismo na política econômica oficial.
- à política de reserva de mercado no setor de bens duráveis, posta em prática no Governo JK.
- às pressões externas e internas pela abertura do mercado nacional aos investimentos estrangeiros.
- às diretrizes liberalizantes da política econômica do segundo governo Vargas.

Propaganda automobilística – Década de 60

49. Sabemos que as Reformas de Base –reforma administrativa, agrária, bancária e fiscal– possuíam um nítido caráter ideológico, tratando-se de um instrumento com o qual o governo almejava unir todas as forças políticas mobilizadas e fazer crer à opinião pública sobre a necessidade de mudanças na ordem social, política e econômica, como condição essencial ao desenvolvimento nacional. As Reformas relacionam-se historicamente com:

- a) o programa do Presidente João Goulart, presidente deposto após o Golpe de 1964.
- b) as proposições reformistas do Golpe de 1964, organizado pelos militares.
- c) a Revolução de 1930 e seu intuito em levar a justiça social mediante uma série de reformas políticas e econômicas.
- d) o Programa de Metas de Juscelino Kubitschek na década de 50, o que levou ao endividamento externo do Brasil a patamares jamais atingidos.
- e) o planejamento econômico e social do Presidente Castello Branco, que visava atender às reivindicações históricas dos trabalhadores da cidade e do campo.

50. Leia o trecho da canção a seguir.

*Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mais eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Roda-moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração(...)*

(Chico Buarque de Hollanda. Álbum: **Chico Buarque de Hollanda**. 1968).

A letra de *Roda-viva* (Chico Buarque de Hollanda) tem fundamento histórico específico: os obscuros anos da Ditadura. Não pertencem às características desse período político ocorrido no Brasil entre 1964 e 1985:

- a) eleições indiretas para Presidente da República e para os Governadores dos Estados.
- b) reformas constitucionais e adoção da prisão perpétua.
- c) pluripartidarismo e ampla liberdade de imprensa.
- d) bipartidarismo, suspensão dos direitos civis e Atos adicionais.
- e) aumento do poder tecnocrático e implantação da Lei de Segurança Nacional.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA**

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3227-5564

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 02/2011

Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

DISCIPLINA / ÁREA

História/Filosofia

FOLHA DE RESPOSTA (RASCUNHO)

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
08		18		28		38		48	
09		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3227-5564

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 02-2011
Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

HISTÓRIA / FILOSOFIA

GABARITO

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
01	A	11	C	21	E	31	E	41	E
02	D	12	C	22	D	32	B	42	C
03	C	13	B	23	A	33	E	43	D
04	E	14	E	24	C	34	A	44	C
05	E	15	A	25	B	35	A	45	A
06	D	16	C	26	A	36	D	46	C
07	D	17	A	27	C	37	C	47	B
08	E	18	D	28	B	38	E	48	D
09	E	19	C	29	C	39	A	49	A
10	C	20	E	30	D	40	B	50	C